

Corregedoria Nacional entregará títulos de propriedade a moradores de favela de SP

02/03/2024

A Corregedoria Nacional de Justiça vai reforçar, em maio, o programa Solo Seguro Favela com uma semana nacional de mobilização para a regularização fundiária em áreas urbanas. O mês será marcado também pela entrega de títulos de propriedade a moradores de São Paulo. As diretrizes do programa foram apresentadas a representantes das corregedorias de justiça dos estados, em reunião virtual realizada em 19 de fevereiro.

O evento em São Paulo acontecerá nos moldes do lançamento do programa em dezembro no Rio de Janeiro. Na ocasião, o ministro Luis Felipe Salomão entregou cerca de 80 títulos de propriedade a moradores do Complexo do Alemão.

“Uma moradia digna não é só um local onde morar. Por meio do título registrado em cartório, há serviços básicos que são voltados para essa população tão vulnerável”, ressaltou a conselheira do Conselho Nacional de Justiça Daniela Pereira Madeira. Segundo ela, o papel das corregedorias no projeto é unir todos os atores da regularização fundiária.

De acordo com a juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Carolina Ranzolin Nerbass, o objetivo é também fazer com que todo o poder público se movimente para que esses centros informais “realmente se integrem à cidade, à sociedade e não fiquem à margem dela”.

“O ministro Salomão quis enfrentar esse desafio e ele começou no lugar que a gente acredita ser o mais desafiador em termos de regularização fundiária em favela, que é o Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão, para comprovar que isso é possível, é um sonho alcançável”, lembrou.

Programa do CNJ

O Programa Permanente de Regularização Fundiária Plena de Núcleos Urbanos Informais e Favelas (Solo Seguro Favela) foi estabelecido pelo Provimento 158/2023 do CNJ. Ele veio em consonância com a Lei 13.465/2017, a Reurb, que determina o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial.

A juíza auxiliar da Corregedoria Nacional, Liz Rezende de Andrade, esclareceu que cabe às corregedorias estaduais promoverem a política pública que viabilize a regularização fundiária nos estados, como previsto no Provimento 158/2023. “É necessário pensar ações de forma articulada com os outros atores envolvidos nesse processo – municípios, instituto de terras, órgãos ambientais -, com os registradores de imóveis e com os juízes responsáveis pela fiscalização dos cartórios de registros públicos”, disse.

O Programa Solo Seguro teve início em 2023, com o lançamento voltado aos estados que compõem a Amazônia Legal, visando combater a grilagem da terra, o desmatamento e assegurar o direito à moradia. Em agosto passado, aconteceu a semana da regularização fundiária e as melhores iniciativas foram contempladas pelo Prêmio Solo Seguro. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-mar-02/solo-seguro-favela-sera-intensificado-em-maio-com-entrega-de-titulos-em-sp/>

